

*Judicialização:
desafio crescente para a
Saúde Suplementar*



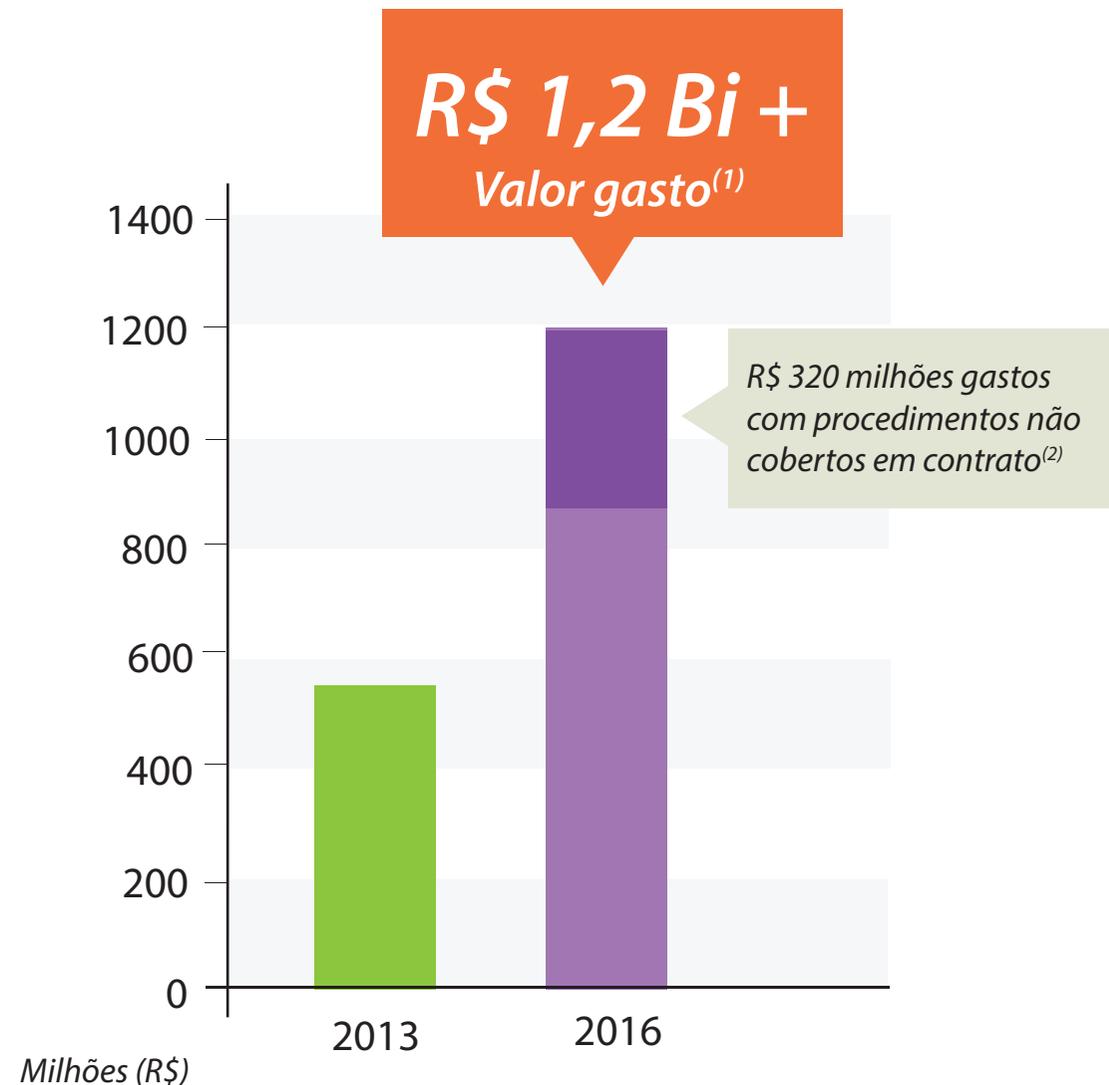
A judicialização da saúde ganhou uma proporção sem igual no Brasil nos últimos anos.

O problema da judicialização da saúde continua a se agravar com o número crescente de ações contra os planos de saúde. Clientes insatisfeitos reclamam por diversos atendimentos, acesso a tratamentos e medicamentos caros, nacionais ou importados. Nos termos em que a questão é colocada a satisfação de uns pode representar prejuízos para os demais beneficiários, o que não é aceitável.

As operadoras são obrigadas a lidar com o fato de que *não há recursos para oferecer tudo a todos*.

A estimativa feita pela Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) sobre os gastos do setor para atender a demandas judiciais dá uma ideia da dimensão que o problema está adquirindo. O desequilíbrio das contas afeta o setor de saúde privada e acaba por influir no aumento das mensalidades, o que também acarreta em uma série de outros desafios.

Valor gasto pelas operadoras de saúde para atender a demandas judiciais



Você já pensou no que poderia ser feito com tantos recursos desperdiçados?

Valor gasto pelas operadoras de saúde para atender a demandas judiciais

R\$ 1,2 Bi +

300
novos centros
cirúrgicos



Valor gasto com procedimentos não cobertos em contrato

R\$ 320 Mi

2370
ambulâncias 0 Km



Aspectos da Judicialização

Nos últimos anos, os posicionamentos do Poder Judiciário e das operadoras sobre as garantias assistenciais foram expostos e debatidos, mas os impasses continuam.

Os aspectos mais polêmicos dos processos judiciais são as imposições às operadoras para pagar medicamentos muito caros, off-label, procedimentos com eficácia questionável para doenças crônicas e tratamentos onerosos ou controvertidos.



DESAFIOS DA OPERADORA

- Procedimentos em períodos de carência
- Prazos da ANS
- Indústria de Liminares
- Atalhos jurídicos

AÇÕES NA JUSTIÇA

AS 03 OPÇÕES JURÍDICAS

- Beneficiário *tem direito*
- A justiça *precisa analisar o caso*
- Beneficiário *não tem direito* (procedimento não consta do Rol da ANS)

O que a gestão da operadora pode fazer para reduzir o volume de processos judiciais?

Cada operadora deve traçar suas próprias estratégias, mas é importante salientar que o gestor deve estar sempre pronto para construir pontes entre a organização e os beneficiários.

Boas Práticas

- 1 Incrementar a mediação e a *comunicação com o beneficiário*
- 2 Aprimorar o atendimento através de *melhorias na gestão de processos*.
- 3 Criar condições para o aumento da *visibilidade da regulação* no processo decisório.
- 4 Empregar *mecanismos tecnológicos e assessoria especializada* para conciliação e a avaliação prévia dos procedimentos que envolvem materiais de alto custo (OPME)

A gestão eficiente x desafios

Como a tecnologia pode auxiliar?

Além de todas as informações digitais sobre a saúde dos usuários, históricos, predisposições a doenças e uso de medicamentos, hoje é possível dispor de ferramentas que auxiliam todos os processos que envolvem as tratativas com os materiais de alto custo (responsáveis por milhões gastos com a judicialização).





gestaoopme.com.br